



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º 17/2025

PROPOSTA

N.º 137 /2025/DAF/DICONT/SERGEP

Realizada em 23/07/2025

DELIBERAÇÃO N.º 490/2025

**ASSUNTO: ISENÇÃO DE IMT NA PRIMEIRA AQUISIÇÃO ONEROSA DE HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, POR JOVENS DOS 18 ANOS ATÉ AOS 35 ANOS NO MUNICÍPIO DE SETÚBAL REFERENTE AO PRÉDIO COM O ARTIGO MATRICIAL 13909, FRAÇÃO X DA FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO**

A Assembleia Municipal, mediante proposta da câmara municipal n.º 72/2024/DAF, aprovou o Regulamento de Isenção de IMT na primeira Aquisição Onerosa de Habitação própria e Permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, nos termos do n.º 2, do Artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI.)

Considerando que,

O Regulamento de Isenção de IMT na Primeira Aquisição Onerosa de Habitação Própria e Permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, devidamente publicado em Aviso n.º 108/2025, de 17 de janeiro, 2.ª série - n.º 12, visa conceder a isenção do pagamento de IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), vem o requerente, através de Requerimento apresentado e registado nesta Câmara sob o n.º 16471/25, requerer a atribuição da Isenção do IMT no valor de 1 079,30 €, de acordo com o Documento Único de Cobrança (DUC), com o n.º 160624142236032, referente à aquisição da primeira habitação própria e permanente na área geográfica do Concelho de Setúbal, do prédio inscrito na Matriz Predial Urbana sob o Artigo 13909, com a fração autónoma designada pela Letra "X" (correspondente ao 3º A), da Freguesia de S. Sebastião, pelo valor de aquisição de 146 000,00 €, conforme Documento Particular Autenticado de Compra e Venda do Imóvel e Mútuo com Hipoteca datado de 26 de abril de 2024, realizada na sede da Caixa Geral de Depósitos S. A, sita na Avenida João XXI, n.º 63, em Lisboa, pela Solicitadora Dra. Graça Antunes, com domicílio profissional na Avenida 5 de Outubro, n.º 10 – 1º andar, em Lisboa.

Após análise ao presente Requerimento encontram-se reunidas as condições para a atribuição do benefício de isenção do pagamento de IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), de acordo com o disposto nos Artigo 5.º e Artigo 8.º do Regulamento supra identificado.

Atento ao acima exposto, e ao abrigo das disposições legais suprarreferidas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar a atribuição da Isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis de acordo com o disposto nos Artigo 5.º e Artigo 8.º do Regulamento supra identificado.
- b) Mais se propõe que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta, para efeito do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

<p><i>Pto</i> O TÉCNICO</p> <p><i>Rita Jesus</i></p> <hr/> <p>O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO</p> <hr/> <p>APROVADA / REJEITADA por : <u>          </u> Votos Contra; <u>          </u> Abstenções; <u>  11  </u> Votos a Favor.</p> <p><i>Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro</i></p> <p>O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ATA</p> <hr/>	<p>O CHEFE DE DIVISÃO</p> <hr/> <p>O PROPONENTE</p> <hr/> <p>O PRESIDENTE DA CÂMARA</p> <hr/>
---	---